

Por Thais Santi

AGECOM/UFSC



O AVANÇO DA INOVAÇÃO

O Brasil é o 13.º país com a maior produção de conhecimento científico, segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes). Se por um lado, porém, a posição de destaque parece bastante atraente, o Brasil, sexta economia mundial, ainda está muito atrás de outras nações no quesito “transformação de conhecimento em novas tecnologias industriais capazes de gerar produtos de alto valor agregado e inovadores”.

Para mudar esse cenário é que o governo tem desenvolvido ações e criado programas de incentivo à inovação, a partir da capacitação tecnológica nacional das empresas. Os investimentos para isso deverão atingir R\$ 30 bilhões até 2014.

Ocorre, no entanto, que, para esse capital investido gerar retorno em inovação nacional, será preciso quebrar a cultura do conservadorismo do empresariado brasileiro – um entre outros fatores que podem implicar o atraso da mudança.

Para falar sobre os desafios que envolvem o avanço da inovação no País, a revista *O Papel* entrevistou **Álvaro Prata**, secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Confira a seguir suas considerações sobre esses fatos.

O Papel – Qual o cenário do Brasil como país inovador e como se deu a evolução desse contexto nos últimos anos?

Álvaro Prata – Há um grande desequilíbrio. Hoje, somos o 13.º país em produção de conhecimento científico, o que nos posiciona entre os “grandes”, mas estamos muito atrás em inovação. Não agregamos a tecnologia que criamos beneficiando produtos, o que, de certa forma, é até inexplicável.

Exatamente por esse motivo o governo tem se preocupado com essa questão. Hoje, a maior parte do conhecimento está nas universidades e instituições acadêmicas, diferentemente do que acontece no exterior, em países desenvolvidos. Queremos que o setor industrial use o conhecimento produzido nas instituições, mas também se sinta capaz de desenvolver inovações dentro de seu próprio setor.

“Nós temos uma indústria madura e um país com grande produção de conhecimento científico que não se conversam”

O Papel – Qual é a perspectiva de mudança nesse cenário?

Prata – De maneira geral, o governo tem como função equilibrar e estimular a sociedade. Em países que estão se desenvolvendo bem, gerando riqueza para a sociedade, o setor privado investe bem mais em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e inovação do que o empresário brasileiro.

Para se ter uma ideia, o governo brasileiro investe 0,6% em P&D, o que corresponde ao mesmo montante aplicado pelo setor privado nessa área, quando se fala em valores absolutos. O setor privado deveria investir mais.

Mundialmente, a Suécia investe 3,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB), sendo 2,6% em recursos advindos da indústria e 0,9% do poder público. O país tem uma população de 9 milhões de habitantes e que, por necessidade e falta de recursos naturais, precisa achar meios de ser competitivo tecnologicamente. Isso se dá através da engenharia e da criação de produtos de alto valor agregado.

Já no Brasil, somos a sexta economia do mundo e uma das mais fortes, mas nos apoiamos nas riquezas naturais e ficamos dependentes das commodities a preços baixos. Deveríamos nos esforçar para agregar mais valor tecnológico aos nossos produtos.

O Papel – Como o governo tem atuado para contribuir com um Brasil mais inovador?

Prata – O governo tem trabalhado no sentido de oferecer vários instrumentos para tornar possível este Brasil mais inovador. Estamos criando pontes entre instituições, setor privado e o governo, custeando novos projetos e produtos e ainda apostando em novas ideias. Para isso, a empresa também precisa investir em qualificação acadêmica, com a contratação de mestres e doutores. O programa Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RAE) criado pelo governo, por exemplo, custeia a ida desses profissionais de alto conhecimento para as empresas, ajudando-as a tornarem-se mais competitivas. Além dos benefícios que se pode ter com esses profissionais, os demais recursos investidos para o desenvolvimento tecnológico da empresa poderão ser abatidos do imposto de renda através da Lei do Bem. Outro exemplo de atuação do governo são os incentivos aos parques tecnológicos e às incubadoras de empresas. Temos oferecido boas condições e estreitamos a proximidade com a pesquisa através de uma estratégia ousada de inovação.

O Papel – O que é ter uma estratégia ousada de inovação e como se dá a implantação (em termos de desafios)?

Prata – Ter uma estratégia ousada de inovação é agregar de-

envolvimento tecnológico a todos os setores de maneira transversal. O governo não tem procurado intervir diretamente nos setores, mas sim dar condições para que cada uma das cadeias produtivas agregue inovação às suas áreas de atuação, seja na estruturação dos negócios, nos processos industriais e/ou na criação de produtos. Queremos fazer – e já estamos fazendo – esse trabalho.

Em nosso entendimento, o Brasil detém conhecimento científico, mas não tem usado isso da forma como poderia. Há uma defasagem do que estamos fazendo e do que realmente poderíamos fazer no sentido de agregar competitividade. Temos uma indústria madura e um país com grande produção de conhecimento científico, só que ambos não conversam.

O Papel – Como a ciência, a tecnologia e a inovação estão inseridas nas propostas do governo para 2013? Quanto do orçamento será destinado para promover projetos nessa área?

Prata – Estamos falando em um volume de recursos da ordem de R\$ 30 bilhões até 2014 no processo de fortalecimento da inovação, não apenas pelo MICT, mas por todo o governo. Existem diversas áreas transversais que serão beneficiadas com as políticas governamentais, como a área energética para o País. Isso, certamente, poderá ser usufruído por indústrias que consomem muita energia, para se tornarem mais competitivas, conseqüentemente.

O Papel – O volume de recursos aumentou. Como o senhor avalia a busca das empresas por esses programas governamentais de incentivo à inovação em curto e longo prazo?

Prata – Em curto prazo, as empresas não têm buscado usar esses benefícios por várias razões: desconhecimento, inércia, comodismo, insegurança jurídica, entre outras. No âmbito da legislação, uma das inseguranças está relacionada a quanto abater desses recursos dos impostos pagos.

Como não se pode trabalhar com lucro presumido, algumas empresas temem expor-se ao indicar esses descontos. No ano passado, por exemplo, para uso fiscal, analisamos a documentação de cerca de mil empresas apenas. Eu me pergunto o motivo desse número tão pequeno... Então, em curto prazo, penso que qualquer setor deveria fazer mais uso desses instrumentos.

Em médio e longo prazo, já acredito que essa busca ocorrerá, pois percebemos que os números começam a mudar. Mais importante que a velocidade é a direção em que se está indo. Há uma percepção muito positiva de que o conhecimento tem de ser absorvido em todos os seto-

res. Meu recado para os empresários do setor de papel e celulose: não percam tempo; invistam em parcerias mais transversais e mais competitivas, contratem pessoas qualificadas e procurem abrir seus horizontes.

O Papel – Dos setores industrializados do País, quais têm sido os mais inovadores?

Prata – Temos quatro setores em que encontramos bons exemplos. Um deles é o setor bancário: não há país como o Brasil, com a segurança e as facilidades oferecidas hoje aos usuários. Tais inovações vieram em meio ao grande problema no passado: a inflação e a necessidade de um acompanhamento quase instantâneo das finanças. O segundo é o petrolífero: tornamo-nos o país precursor na exploração do pré-sal e hoje somos líderes mundiais em exploração de petróleo em águas profundas. O agronegócio é o terceiro setor: hoje alimentamos não só a nossa população, mas o mundo.

Criamos várias tecnologias para melhoria do cultivo, aumento da produção de soja, desenvolvimento do etanol de primeira geração – e caminhamos agora para o etanol de segunda e até de terceira geração a partir do bagaço ou qualquer outra fibra celulósica.

O quarto setor que eu queria citar é o da aeronáutica: não temos carros brasileiros, mas temos avião nacional. Por que somos capazes de fazer aviões? Num dado momento, o governo formou as pessoas e as colocou a serviço de um projeto como esse. Sendo assim, o País tem demonstrado sua criatividade e superado seus desafios ao longo desses anos.

O Papel – Além das questões que envolvem disponibilidade de recursos financeiros, quais são as características e/ou fraquezas estruturais no perfil do empresariado ou dos institutos de pesquisa brasileiros que devem ser vencidas para que melhorem seu processo de inovação?

Prata – As pessoas têm que se acostumar a lidar com risco. Nesse quesito, o brasileiro ainda é muito conservador. Se num determinado momento tal produto não for bem aceito, o empresário deve tirar proveito da experiência. Devemos entender que todos os tipos de inovação valem a pena.

Em países nos quais o processo inovativo é mais cultivado, o risco – como, por exemplo, de abrir uma empresa e não ter sucesso – não é visto como um fracasso, mas sim como um ato empreendedor, de grande iniciativa. Em resumo, o processo de inovação envolve risco sobre sua própria natureza. Por isso, a melhor maneira de atuar é se ver como um agente construtivo, e não se abater por tentar e não conseguir o sucesso esperado em um primeiro momento.

O Papel – O conceito de inovação aberta poderia ser citado também como um caminho para ajudar nesse processo?

Prata – É um excelente meio para a inovação, e o governo tem

atuado ativamente nesse conceito, principalmente em três linhas: biotecnologia, nanotecnologia e energia. Ao mesmo tempo que são específicos, todos os setores podem usufruir dos benefícios proporcionados pelos seus avanços – inclusive o mercado de papel e celulose.

As redes do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), por exemplo, dão suporte tecnológico a todas as empresas que assim desejarem. Temos ainda as incubadoras de empresas, com número próximo de 400 e parques tecnológicos. Seja qual for, a indústria pode se estabelecer nesses parques, que serão favoráveis para o crescimento tecnológico.

Não se trata apenas de estímulo financeiro; esses benefícios têm sido disponibilizados através de incentivos fiscais, como a Lei do Bem, que permite abater do imposto pago o valor investido em P&D. Mais que isso: se a empresa quiser desenvolver um processo ou um produto, o governo lhe ajudará com recursos através de subvenção econômica. Nos demais casos também existem as opções de financiamento a juros baixos. Não faltam mecanismos de incentivo às empresas.

O Papel – Como se dá a sinergia entre empresas e governo em prol da inovação?

Prata – Precisamos que os setores estejam abertos para atuar em sinergia, precisamos trabalhar mais alinhados. O setor industrial deve ter confiança de que o desenvolvimento da inovação já está implantado como política do Estado, com a consciência de que as regras serão mais claras e os controles virão para proteger, com o objetivo de desonerar – vejam os últimos impostos que foram reduzidos pelo governo.

Então, o papel do governo é o de estabelecer essa confiança, para minimizar o fator do risco da inovação. Afinal, há uma grande tendência dos investidores em não apostar em países que não possuem segurança jurídica e governamental. Não adianta apenas falar “confie em mim”.

O processo de inovação envolve o estabelecimento de redes, parcerias e bastante confiança. Esse processo é construído a partir da experimentação. Mencionei que as regras precisam estar claras, desprovidas de desconfiança e seguras do caminho a ser trilhado – o que é particularmente importante na inovação. Assim o processo se consolidará.

O Papel – Como o senhor definiria o maior desafio deste momento para o Brasil inovador?

Prata – Poder fazer com todos os nossos setores o que fizemos com os quatro setores mencionados anteriormente (bancos, petróleo, agronegócio e aeronáutica), sem ter medo do risco, arregaçar as mangas, agregar conhecimento científico para desenvolver tecnologia e competir internacionalmente. ■